

A VIA TEOLÓGICA CATÓLICA DA ECLESIOLOGIA DE COMUNHÃO EM TILLARD

Prof. Dr. Pe. Pedro Alberto Kunrath¹

Resumo

Para Tillard, a realidade profunda da comunhão, que marca a vida da Igreja a partir do Concílio Vaticano II – Eclesiologia de Comunhão –, não é um aspecto parcial, senão sua dimensão constitutiva; pois a comunhão representa a linha de horizonte na qual se destacam as grandes afirmações sobre a Igreja de Deus e sua missão. A Igreja é anunciada e revelada como comunhão, comunhão divina, antes de tudo, pois ela é a Igreja da Trindade, fundada no tempo como Povo de Deus, recordando que não surge da livre iniciativa dos homens, mas recebe a sua origem e o seu atual sustento do designio eterno do Pai, pelo Filho enviado como luz das nações e vivificada no tempo pelo Espírito, a ser consumada nos tempos vindouros.

Palavras-chaves: Eclesiologia, Comunhão, Trindade, porvir.

Abstract

This paper shows that the Ecclesiology of Communion of the second Vatican Council, according to Tillard, is a constitutive, aspect of the Church, represented as God's Church with its mission. The Church is revealed as divine communion because its origin is in God and not based on human initiative. God as Trinity sustains and vivifies it until the end of the ages.

Key words: Ecclesiology, Communion, Holy Trinity, God's people.

Nos primeiros comentários aos Decretos, Declarações e Constituições dogmáticas do Concílio Vaticano II, falou-se de profundas transformações na Eclesiologia e de uma nova consci-

¹ Doutor em Teologia pela PUG – Roma, Professor da FATEO – PUCRS.

ência ou uma nova imagem de Igreja. E, sem dúvida, pode-se afirmar que o Vaticano II legou para o final do segundo milênio e o início do terceiro milênio uma Ecclesologia profundamente renovada, tanto no que se refere ao método como também ao conteúdo. Aborda com decisão aspectos fundamentais da Teologia da Igreja, como sua origem trinitária, sua índole mística ou carismática, o sacerdócio universal dos fiéis, a colegialidade e a coresponsabilidade, a importância da Igreja particular (ou local), o reconhecimento das Igrejas não-católicas, a relação com o mundo contemporâneo.

Pode-se, legitimamente, falar de uma nova Ecclesologia nascida no Concílio, sempre quando se entende essa novidade, não como ruptura com o passado, nem como uma mera integração quantitativa da revelação que nos foi dada em Cristo, porém enquanto entendida como acentos, opções e perspectivas. Tudo isso como fruto da nova interrogação às fontes bíblicas, patrísticas e litúrgicas, a Igreja no Concílio re-descobriu e re-viveu, ainda que as possuísse desde sempre, mas esquecidas ou substituídas no tempo de sua história. Efetivamente, o Vaticano II foi um Concílio da Igreja porque esta tem sido o seu tema central; uma Igreja que olha a si mesma para conhecer mais profundamente a sua natureza e o desígnio do Senhor sobre ela, mas que dirige o seu olhar também para o mundo que deve ser evangelizado e as pessoas que desejam ser salvas. Por certo, a inovação de maior transcendência do Vaticano II para a Ecclesologia e para a vida da Igreja tem sido a centralização da Teologia do Mistério da Igreja na noção de Comunhão².

² Algumas considerações sobre a noção de Ecclesologia de Comunhão: “La innovación del Vaticano II de mayor transcendencia para la Ecclesología y la vida de la Iglesia ha sido el haber centrado la teología del misterio de la Iglesia sobre la noción de comunión”. (A. ANTÓN. *Primado y colegialidad*, Madrid, 1970, p. 34). “A la luz del concilio es ‘communio’ el concepto clave para la comprensión de la Iglesia como tal” (W. AYMANS. *La Iglesia en el Codex. Aspectos ecclesiológicos del nuevo Código de la Iglesia latina*. In:

Em seus Decretos, e de modo particular, na Constituição dogmática *Lumen gentium* sobre a Igreja, o Concílio desenvolveu o tema da Igreja-comunhão em sua dupla dimensão: comunhão de vida do homem com o Pai, mediante Cristo e no Espírito Santo, e comunhão dos homens entre si na família humana e na família dos filhos de Deus, onde a primeira dimensão é o fundamento da segunda. A comunhão eclesial tem suas raízes na própria realidade do mistério da Igreja e sua manifestação social na vida da comunidade local, que tem diversas formas de realização. Tanto em sua universalidade, como em sua comunhão com as diversas Igrejas particulares, a Igreja é uma comunhão; pois cada Igreja particular ou local não pode pensar-se como uma mera soma de fiéis, assim como a Igreja universal não é a mera soma das Igrejas particulares. Nessa perspectiva da comunhão, a Eclesiologia do Concílio Vaticano II enriqueceu-se com os elementos do conceito oriental de *koinonia*³. A realidade profunda da *koinonia-communio*-comunhão, que marca a vida da Igreja, não é um aspecto parcial, senão sua dimensão constitutiva. Assim compreendido, aprofundar-se-á, nesta pesquisa, a investigação teológica de Jean-Marie Roger Tillard, um dos mais impor-

Burgense 26 (1985), p. 207; “La ecclesiologia di comunione è l’idea centrale e fondamentale nei documenti del Concilio”, cf. SINODO STRAORDINARIO 1985. *Relatio Finalis* II, C.1: *Enchiridion Vaticanum*/9, p. 1800; “Una de las ideas fundamentales de la ecclesiología del Concilio, la idea fundamental más bien, es la de comunión (...). Los textos conciliares y su ecclesiología de comunión en modo alguno están superados. Podría incluso decirse que su recepción no ha hecho más que comenzar” (W. KASPER. La Iglesia como comunión. *Communio*(E) 1 (1991), p. 51-52). Ainda: G.L.B. HACKMANN. Eclesiologia de comunhão: ameaça ou perspectiva para a Igreja. *Teocomunicação* 102 (1993), p. 499-508.

³ H.J. SIEBEN - *al.* Koinonía, communauté, communion. In *Dictionnaire de Spiritualité* 8, Paris, 1976, com bibliografia; P. BORI. *Koinonia. L’idea della comunione nell’ecclesiologia recente e nel Nuovo Testamento*. Brescia, 1972; J.M. McDERMOTT. The biblical Doctrine of koinonia. *Biblische Zeitschrift* 19 (1975), p. 64-77 e p. 219-233.

tantes teólogos católicos contemporâneos na linha da Eclesiologia de Comunhão, em algumas de suas obras mais significativas⁴.

1 A Igreja no projeto de Deus

De uma visão geral sobre a Igreja-comunhão, que brota da introdução ao capítulo primeiro da Constituição dogmática

⁴ Jean-Marie Roger Tillard nasceu em 1927 em Saint Pierre et Miquélon (França), entrou na Ordem dos Pregadores (Dominicanos) em 1950. Fez seus estudos universitários de Filosofia (Roma) e Teologia em Le Saulchoir (França). Além de seu ensino regular de dogmática na Faculdade dominicana de Ottawa (Canadá) e na Universidade de Friburgo (Suíça), foi consultor do Secretariado para a unidade dos cristãos do Vaticano, vice-moderador da unidade “Fé e Constituição” do Conselho Mundial de Igrejas; membro empenhado nas questões ecumênicas, especialmente na Comissão Anglicano-Católica (Anglican-Roman Catholic International Commission – ARCIC), na Comissão Católico-Ortodoxa e na Comissão Internacional para o diálogo entre a Igreja Católica Romana e os Discípulos de Cristo. Autor de obras de grande ressonância ecumênica: *L'Eucharistie. Pâque de l'Église*. Paris, 1964 (edição italiana: *L'Eucaristia pasqua della chiesa*. Roma, 1965); *L'Évêque de Rome*. Paris, 1982 (edição italiana: *Il vescovo di Roma*. Brescia, 1985); *Église d'Églises. L'ecclésiologie de communion*. Paris, 1987 (edição espanhola: *Iglesia de Iglesias. Eclesiología de comunión*. Salamanca, 1991 e edição italiana: *Chiesa di Chiese. L'ecclésiologia di comunione*. Brescia, 1989); *Chair de l'Église, chair du Christ. Aux sources de l'ecclésiologie de communion*. Paris, 1992 (edição espanhola: *Carne de la Iglesia, carne de Cristo. En las fuentes de la eclesiología de comunión*. Salamanca, 1994); *L'Église locale. Ecclésiologie de communion et catholicité*. Paris, 1995. É autor de dezenas de outras obras e colaborou com artigos de Eclesiologia e de Ecumenismo em inúmeras revistas como *Irénikon*, *Lumen Vitae*, *Nouvelle Revue Théologique*, *Proche-Orient Chrétien*, *One in Christ*, *Istina*, *Cristianesimo nella storia*, *Nicolaus*. Para uma boa síntese desse autor, cf. L. SARTORI. Un protagonista di teologia ecumenica: Jean Marie Roger Tillard. *Credere Oggi* 103 (1/1998), p. 119-127. Falecido prematuramente em 13 de novembro de 2000.

Lumen gentium do Concílio Vaticano II⁵, pode-se tirar uma síntese dos parágrafos do mesmo capítulo. Depois de uma breve introdução (cf. *LG* 1), descreve-se como a Igreja possui sua origem no desígnio de Deus Pai, que, por meio de seu Filho encarnado, no Espírito Santo, realizou a obra da redenção universal, de modo que a Igreja verdadeiramente se apresenta como um povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo (cf. *LG* 2-4). E nessa exposição clara e precisa assim delineada é descrito o primado do Cristo Senhor que, inaugurando na terra o Reino de Deus (cf. *Mc* 1, 15; *Mt* 4, 17), instituiu a Igreja, que a Escritura descreve com diversas e profundas imagens, especialmente através da doutrina do Corpo místico, a comunhão e a solidariedade de seus membros, que manifestam a íntima e arcana natureza da mesma (cf. *LG* 5-7).

Todavia, o mistério da Igreja não é uma figura idealizada ou irreal, mas existe na concreta comunidade da Igreja Católica, sob a orientação do sucessor de Pedro e dos bispos unidos a ele. E não existem duas Igrejas, mas somente uma, que é ao mesmo tempo celeste e terrestre e que manifesta o eterno desígnio de Deus, semelhante ao seu Senhor, seja na pobreza e na humilha-

⁵ G. ALBERIGO; F. MAGISTRETTI (ed.). *Constitutionis dogmaticae Lumen gentium Synopsis historica*. Bologna, 1975, p. 435-503, com as relações gerais e particulares a cada capítulo particular e aos parágrafos da Constituição. Para uma bibliografia essencial: G. BARAÚNA (ed.). *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis, 1965; C. JOURNET. *Il mistero della Chiesa secondo il Concilio Vaticano II*. Brescia, 1966; G. PHILIPS. *La Chiesa e il suo mistero*. Milano, 1969; A. ACERBI. *Due ecclesiologie. Ecclesiologie giuridica ed ecclesiologia di comunione nella 'Lumen gentium'*. Bologna, 1975; S. DIANICH. *La Chiesa mistero di comunione*. Torino, 1975; B. FORTE. *La Chiesa nell'Eucaristia. Per una ecclesiologia eucaristica alla luce del Vaticano II*. Napoli, 1975; ID. *La chiesa icona della Trinità. Breve ecclesiologia*. Brescia, 1984; ID. *La Chiesa della Trinità. Saggio sul mistero della Chiesa comunione e missione*. Cinisello Balsamo, 1995; R. RIGAL. *L'ecclésiologie de communion. Son évolution historique et ses fondements*. Paris, 1997.

ção como na sua gloriosa vitória, no fim dos tempos (cf. *LG 8*)⁶. O Concílio Vaticano II, porém, não foi um evento improvisado; é fruto de uma estação teológica iniciada no começo do século XX, e o princípio hermenêutico da Ecclesiologia não é mais uma sociedade de homens, íntegra, perfeita e autônoma, dotada por Cristo de tudo quanto tem necessidade para cumprir a sua missão, mas é, antes de tudo, a comunhão trinitária do Pai e do Filho no único Espírito Santo. Nessa mudança radical, o modelo ecclesiológico é deduzido, não mais de baixo, mas do alto (*oriens ex alto*) e precisamente da própria vida íntima de Deus que se prolonga nas missões trinitárias. Para o Concílio Vaticano II, a Igreja é Mistério, realidade possuída da presença divina, porque é fruto das operações da Trindade⁷.

⁶ Na introdução ao seu primeiro livro sobre a Ecclesiologia de Comunhão, Tillard assim se expressa: “Relisant d’un seul trait, avec le recul de plus de vingt ans, les principaux documents du concile du Vatican II (...) la communion - pourtant rarement mentionnée - représente la ligne d’horizon sur laquelle se détachent les grandes affirmations sur l’Église et sa mission” (J.-M.R. TILLARD. *Église d’Églises*, p. 9). Segundo as palavras do Papa João Paulo II, “Nell’assise conciliare la Chiesa, proprio per essere pienamente fedele al suo Maestro, si è interrogata sulla propria identità, riscoprendo la profondità del suo mistero di corpo e sposa di Cristo” (JOÃO PAULO II. Lettera apostolica *Tertio millennio adveniente* (10.11.1994), n. 19. *AAS* 87 (1995), p. 5-41).

⁷ Entre as recentes propostas de Ecclesiologia, cf. A. ANTÓN. *La Iglesia di Cristo. El Israel de la Vieja y de la Nueva Alianza*. Madrid, 1977; J. AUER. *La Iglesia*. Barcelona, 1986; R. BLÁZQUEZ. *La Iglesia del Concilio Vaticano II*. Salamanca, 2. ed., 1991; B. GHERARDINI. *La Chiesa arca dell’alleanza*. Roma 1971; J. HOFFMANN. Ecclesiologia. In: B. LAURET; F. REFOULÉ (ed.). *Iniziazione alla pratica della teologia*, III. Brescia, 1986, p. 55-355; W. KRECK. *Grundfragen der Ekklesiologie*. München, 1981; V. MONDELLO. *La Chiesa del Dio Trino*. Napoli, 1978; P. PARENTE. *Saggio di un’ecclesiologia alla luce del Vaticano II*. Roma, 1968; C. PORRO. *La Chiesa. Introduzione teologica*. Casale Monferrato, 2. ed., 1986; A. QUIROZ MAGAÑA. *Ecclesiología en la teología de la liberación*. Salamanca, 1983; C. SCANZILLO. *La Chiesa sacramento di comunione. Commento teologico alla ‘Lumen gentium’*. Napoli, 1987; F.A. SULLI-

a) A Igreja é anunciada e revelada como comunhão. O plano divino da salvação, que tem origem no Pai e se realiza pelo Filho no Espírito Santo (cf. *Ef* 1, 1-14), representa o ponto de partida da constituição da Igreja. O tema do chamado e da vocação eclesial tem um relevante significado e insere-se na própria denominação de Igreja, assembléia dos convocados por Deus⁸. E esse mistério, ligado à História da Salvação, que o Deus trinitário preparou e que, de princípio, escondido no próprio Deus, é destinado a uma progressiva realização, amplia-se continuamente, seja em extensão como também em intensidade, para o cumprimento final. Essa sucessão de eventos histórico-salvíficos, obra do Deus vivo que, livremente, nesses acontecimentos, se manifesta para ir ao encontro dos homens e para comunicar-se com eles, recebe na Sagrada Escritura o nome de economia da salvação (cf. *Ef* 3, 3-12) e que se manifesta, no tempo presente, na história da própria Igreja. O acontecimento de Pentecostes domina e condiciona a visão da Igreja e que irá se impondo pouco a pouco

VAN. *Noi crediamo alla Chiesa. Lineamenti di ecclesiologia sistematica*. Casale Monferrato, 1990; D. VALENTINI. *Il nuovo popolo di Dio in cammino. Punti nodali per una ecclesiologia attuale*. Roma, 1984; N. SILANES. *La Iglesia de la Trinidad. La Santísima Trinidad en el Vaticano II. Estudio genético-teológico*. Salamanca, 1981. Para uma bibliografia mais completa, cf. N. CIOLA. *Il dibattito ecclesiológico in Italia. Uno studio bibliografico (1963-1984)*. Roma, 1986 além das obras de Tillard já citadas. É o pressuposto de Zizioulas: “L’ecclesiologia deve basarsi sulla teologia trinitaria se vuole essere un’ecclesiologia di comunione” (J. ZIZIOULAS. *La Chiesa come comunione* (V Conferenza di ‘Fede e Costituzione’: Santiago di Compostela, agosto, 1993) *Il Regno-documenti* 17 (1993), p. 531).

⁸ O tema da convocação e do chamado predomina também na Teologia de Congar já bem antes do Concílio Vaticano II: “Il popolo di Dio si costituisce a partire della vocazione (...) atto intimo e segreto di Dio (*Rm* 8, 28-30); ma questo appello di Dio si traduce all’esteriore e concretamente per mezzo della predicazione apostolica del Vangelo (*I Tes* 2, 13)” (Y. CONGAR. *Il mistero della Chiesa*. Roma, 1961, p. 92).

na visão cristã como a origem e a fundação da mesma Igreja⁹. E, para individuar o anúncio em torno ao qual se cumpre o evento da Igreja, é necessário colocá-lo sempre no seu momento originário, o mistério da Trindade.

Revelador do mistério é o Espírito Santo, o único que pode perscrutar as profundezas de Deus e fazer conhecer tudo aquilo que ele lhe concedeu (cf. *1 Cor 2*, 10-12). Se a Igreja conhece sua origem como comunhão inserida no mistério de Cristo, é no mesmo Espírito que ela se descobre originada da ação convergente da Trindade: do Pai, que, desde a eternidade, a pensou, do Filho que, qual novo Adão, a gerou sobre a cruz, e do Espírito Santo que sempre a vivifica e a renova¹⁰. Segundo essa perspectiva, a Igreja encontra sua fórmula inicial em uma comunhão, cujo vínculo profundo e invisível não é senão o Espírito do Senhor, porém cujo foco visível de irradiação é o testemunho do grupo apostólico¹¹. A comunidade nascida de Pentecostes – célula-mãe da Igreja – aparece desse modo como a manifestação da abertura

⁹ No contexto da economia e da pedagogia divinas, adquire valor e significado quanto se lê no Vaticano II: “O Pai Eterno, por libérrimo e arcano desígnio de sua sabedoria e bondade, criou todo o universo (...). Assim estabeleceu congregar na santa Igreja os que crêem em Cristo. Desde a origem do mundo, a Igreja foi prefigurada. Foi admiravelmente preparada na história do povo de Israel e na antiga aliança. Foi fundada nos últimos tempos. Foi manifestada pela efusão do Espírito” (*LG 2*).

¹⁰ TILLARD. *Église d'Églises*, p. 16. Certamente, interpreta Tillard, não se pode duvidar de que entre a adesão dos primeiros ouvintes (discípulos) à pessoa de Jesus e à Igreja que se encontra hoje estendida pelo mundo inteiro dá-se um vínculo real. Porém, o Novo Testamento não chama Igreja a reunião dos discípulos testemunhada antes da morte de Jesus, nem tampouco o faz para assinalar o número dos apóstolos, mas fala somente de Igreja depois da Páscoa, daqueles que crêem na ressurreição do Senhor.

¹¹ A comunidade primitiva dos Atos dos Apóstolos, que se forma graças à acolhida do *kerygma* e do Batismo que dá “o Espírito” (*At 2*, 38-41), tem, portanto, sua origem no Espírito e no poder do Senhor Jesus: “Il ne faut pas les isoler du signe plénier de Pentecôte” (TILLARD. *Église d'Églises*, p. 20).

dos novos tempos da salvação, prefigurada nos patriarcas, predita pelos profetas e anunciada por Jesus, no encontro de três elementos, que pertencem à essência da própria Igreja: o Espírito Santo, o testemunho apostólico e a comunhão¹². Reunidos em Cristo, judeus e gentios, podem agora apresentar-se ao Pai em um só Espírito (cf. *Ef* 2, 22). A recíproca inimizade dos homens, que tem como raiz última o pecado, é superada e abolida em Cristo. Dessa comunhão se deduz que a Igreja, no seu mistério, é totalmente relativa a Cristo (cf. *Ef* 3, 4) e da qual é, na sua história, como que a manifestação; e desse mistério a Igreja tem a sua própria origem, a vitalidade, a comunhão e a própria missão¹³.

A Igreja é concebida no desígnio do Pai e é obra de Cristo, reunida e santificada pelo Espírito Santo. Isso mostra com força e amplitude o papel primordial da Trindade – Mistério da Comunhão – no mistério eclesial¹⁴. No seu momento fundador, a Igreja é ligada à missão visível do Filho que, na sua humanidade, a iniciou e perenemente sustenta-a como sua pedra angular (cf. *I Pd* 2, 4-8); mas também à sua própria missão, visível nos seus efeitos, pelo Espírito Santo que com o seu sopro reúne-a de todas as extremidades da Terra. Por isso, a Igreja é a comunidade daqueles que vivem da comunhão vital e pessoal com o Deus trinitário (cf. *UR* 2), uma comunhão que reflete, em termos de frater-

¹² A comunhão que nasce no dia de Pentecostes é a Igreja, a Igreja de Deus (cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 30).

¹³ A Igreja, de fato, tem a sua origem e a sua meta na eternidade da Trindade. Ela é anunciada, concebida e revelada na Trindade e caminha para ela. Vem do Pai (cf. *LG* 2), nasce de Cristo (cf. *LG* 3) e é santificada pelo Espírito (cf. *LG* 4) que habita nela para conduzi-la à perfeita comunhão com o seu esposo. Em tal modo, a Igreja é colocada na forma de um movimento que, partindo do Deus trinitário, toca a história dos homens e a transforma segundo o desígnio de amor que, após muitas provas, se concluirá na glória, quando “todos os justos desde Adão, do ‘justo Abel até o último eleito’, serão congregados junto ao Pai na Igreja universal” (*LG* 2).

¹⁴ M. PHILIPON. A Santíssima Trindade e a Igreja. In: G. BARAÚNA (ed.). *A Igreja do Vaticano II*, p. 361-383.

nidade e solidariedade, o amor do Pai, a graça do Filho e a comunhão do Espírito Santo. Torna-se assim a Igreja o sacramento da comunhão trinitária, o espaço histórico onde essa comunhão vem efetivamente doada e participada aos homens de boa vontade¹⁵.

b) A Igreja é ícone da Trindade: *mysterion*, comunhão divina, expressão que se tornou, na Teologia contemporânea, muito corrente, quase moda, e foi introduzida justamente pela nova consciência da Igreja-mistério. A Igreja da Trindade apresenta-se como a realização do mistério. É o cumprimento em Jesus do desígnio eterno de toda a Revelação e que tem por missão a restauração de toda a humanidade e a reunificação do universo¹⁶. Assim lida, à luz do mistério, a Comunhão eclesial revela-se desse modo como portadora do desígnio de Deus¹⁷. A comunhão dos cristãos não pode separar-se da comunhão do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Toda a realidade eclesial, seu ser e seu agir, não se compreende senão sob essa visão. E a comunhão na Trindade é muito mais que o simples modelo da comunhão fraterna; é a sua fonte, sua origem e seu lugar (cf. *Jo* 13, 34). A vida íntima de Deus, que é Amor (cf. *1 Jo* 4, 7-10), nas missões do Filho e do Espírito Santo, expande-se sobre as criaturas às quais se manifesta. O amor (*agápe*) trinitário no Filho e no Espírito enviados do Pai infunde-se para dentro da humanidade como fonte criadora e renovadora. E a essa fonte é associada a vida da Igreja como

¹⁵ Tillard, resumindo o termo *koinonia* na Teologia do Novo Testamento, designa a comunhão como a entrada de todo batizado e de cada comunidade de fé no espaço (a Igreja) de reconciliação que Cristo abriu, desde a sua cruz, e que envia o Espírito no dia de Pentecostes (cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 35).

¹⁶ Pelo fato de a humanidade encontrar-se dividida e separada pelo muro do ódio e do egoísmo, a Igreja deve apresentar-se como *sacramentum* da cruz reconciliadora (cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 69).

¹⁷ *Idem*, p. 71.

ao seu permanente princípio¹⁸. Na Constituição dogmática *Lumen gentium* do Vaticano II vem expressa a Igreja com uma definição de Cipriano: “o povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (cf. *LG 4*)¹⁹. De fato, somente a percepção precisa de determinadas relações, que ligam a Igreja às pessoas da divina Trindade, dá o quadro completo desse evento.

A pessoa do Pai permanece sempre para a Igreja o indispensável horizonte, pois ele é a origem da vocação do povo eleito e é o fim último de seu peregrinar. E a Igreja existe para realizar essa íntima comunhão com o Absoluto, colocando-a sempre sob o horizonte do Pai. O acesso ao Pai torna-se possível por Cristo, e a Igreja tem em Cristo sua cabeça e seu pastor: ele é a norma que determina, guia e julga o que a Igreja crê e o que ela faz no seu caminho ao Pai. E nesse caminho, o Espírito Santo move a Igreja na perene novidade em direção ao Pai e na manifestação do Cristo glorioso²⁰. A Igreja se imerge na vida trinitária

¹⁸ É o que expressa Tillard quando afirma: “L’Église est devant Dieu en communion à l’être et à l’attitude du Fils devant le Père” (TILLARD. *Église d’Églises*, p.73).

¹⁹ *LG 4*. CIPRIANO. *De oratione Domini* 23: PL 24, 553: “De unitate Patris et Filii et Spiritus sancti plebs adunata”. É interessante a esse respeito o ensino de Congar: “Qualunque sia la nostra teologia trinitaria, l’unità dei tre divine Persone è per la chiesa il modello ed il fine: *Ecclesia de Trinitate*” (Y. CONGAR. *Proprietà essenziali della Chiesa*. In: *Mysterium Salutis IV/I*. Brescia, 1972, p. 496). Outras sugestões bibliográficas: J.M. ALONSO. *Ecclesia de Trinitate*. In: C. MORCILLO. *Comentarios a la constitución sobre la Iglesia*. Madrid, 1966, p. 138ss; S. Del CURA ELENA. *La chiesa del Dio uno e trino*. *Rivista di Studi Ecumenici XIV* (1996/2), p. 183ss; N. SILANES. *La Iglesia de la Trinidad*. Salamanca, 1981.

²⁰ Santo Agostinho também o deixa intuir, quando insiste na dependência da Igreja da Trindade e em particular, do Espírito Santo que a plasma e modela como analogia vivente das três divinas Pessoas (cf. *Sermo 71,20,33*: PL 38, 463-464. In: *Johan. ev. tr.* XIV,9: PL 35, 1508). Para Agostinho, a Igreja é o povo de Deus escatológico chamado a viver e a propor em cada uma de suas etapas a opção decisiva que qualifica sua existência e a sua história. Este povo foi reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, porém

e vive dos reflexos trinitários; a Igreja é o ícone da Trindade e vive segundo a comunhão das divinas Pessoas²¹.

c) A Igreja e o Reino de Deus. O tema do Reino não é somente objeto privilegiado da pregação de Jesus, mas é também a manifestação de sua pessoa e da sua missão. A inauguração do Reino manifesta-se, de fato, nas palavras (cf. *Mt* 13, 1-51), nos sinais e milagres (cf. *Lc* 7, 18-23; 11,20) e principalmente na pessoa de Cristo Jesus. Acentua-se ainda que Jesus, como Senhor e Messias, enviou o Espírito Santo à Igreja, que na terra constitui o germe e o início do Reino de Deus e que peregrina à glória final, à perfeição do Reino. A relação da Igreja – Mistério da Comunhão – com o mistério explica sua vinculação com o Reino²² e como é radical o vínculo Evangelho-Reino (cf. *Mc* 1, 14-15; *Lc* 4, 43). De fato, a realização do desígnio eterno do Pai identifica-se com a chegada do Reino, que está no centro de toda a obra terrena de Jesus (cf. *Mt* 12, 28; *Lc* 17, 20-21). E, por isso, a pregação apostólica tem como centro o anúncio de sua inauguração, selado na Páscoa do Senhor (cf. *Mt* 24, 14; *At* 1, 3; 8, 12; 19, 8; 20, 25). A estreita relação que une a Igreja ao Reino é uma relação de transição progressiva de uma para o outro, pois, onde se fala do Reino, já se projeta a Igreja. O Reino vai tomando forma onde a Igreja vive em profundidade a sua missão²³. Em sua rea-

vive na tensão até converter-se na Mãe celestial, que desvela o Mistério da Páscoa definitiva (cf. Y. CONGAR. Introduction générale à saint Augustin. In *Oeuvres de saint Augustin* 28. Paris, 1963, p. 7-133).

²¹ Já tornou-se habitual a expressão “A Igreja ícone da Trindade”, para expressar que a Igreja vem da Trindade, é estruturada à imagem da Trindade e peregrina ao seu cumprimento final na história para a Trindade (cf. B. FORTE. *La Chiesa icona della Trinità*. Brescia, 7. ed., 1995). Segundo a comunhão divina e à luz da noção de Mistério, a Igreja pode definir-se como o selo da comunhão trinitária (cf. TILLARD. *Église d’Églises*, p. 74).

²² Tillard é categórico, quando afirma: “On ne parle pas du Royaume sans que d’emblée l’Église se profile (TILLARD. *Église d’Églises*, p. 78).

²³ A referência à *Lumen gentium* explicita a relação Igreja-Reino: “Por isso a Igreja, enriquecida com os dons de seu Fundador e observando fielmente

lidade de comunhão, a Igreja aparece já com a presença da realidade profunda do Reino, porém ainda na obscuridade, na humildade, na fragilidade da condição dos seus fiéis, a caminho do Reino definitivo²⁴. Com isso entende-se que a realização do Reino de Deus está no plano do “ainda-não”, mas empenha a Igreja já no presente. Qualquer homem ou comunidade, disposto a mudar ou converter-se (cf. *Mc* 1, 15), para acolher o convite de Deus, fará a experiência da boa-notícia do Reino que torna-se, assim, um dom e um empenho (cf. *Mt* 6, 33).

Vinculada estreitamente ao mistério, a Igreja recebe de seu Senhor a missão de conservar sempre atual, na sua história, até ao fim dos tempos, a oferta da salvação (cf. *Mt* 28, 18-20). Por isso, a Igreja, fiel à sua identidade, deve permanecer em comunhão íntima com a Trindade, como também em comunhão com as necessidades da humanidade. Essa presença do Reino na história do mundo e da Igreja é certamente uma presença nas necessidades e nas fragilidades de todos os batizados e de todos os homens, de modo especial os mais necessitados. E neles e com eles a Igreja se compromete na luta contra as forças do mal que arruinam a humanidade, para que esta se torne a humanidade que Deus sempre desejou²⁵. O modo de sentir as próprias relações com o Reino sempre determinou para a Igreja escolhas e atitudes nas suas relações com o mundo.

seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebeu a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus, de estabelecê-lo em todos os povos, e deste Reino constitui na terra o germe e o início” (*LG* 5) (TILLARD. *Église d'Églises*, p. 79).

²⁴ Interpretando as parábolas do Reino e a sua relação com a Igreja peregrina, cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 83-84.

²⁵ O Reino é mais amplo que a comunidade eclesial dos batizados e, na caminhada da história, a comunidade está subordinada ao Reino (cf. *LG* 9) e tem a missão de anunciar e de preparar o Reino de Deus. Tillard expressa esta vocação da Igreja, cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 87.

Na sua consciência intrínseca, a Igreja sabe que existe, para apresentar ao mundo a figura autêntica e a verdadeira imagem do Reino, mas também é consciente de possuir os seus limites e de não exaurir todas as suas possibilidades. Se o Reino é, antes de tudo, uma proposta, à Igreja é confiada a missão de descobri-lo, valorizá-lo e interpretá-lo, à luz do mistério de Cristo, escondido ao mundo dos ainda-não-crentes. Porém, pertence à própria Igreja a função crítica no confronto do mundo, devendo exortar os homens a não crerem facilmente, quando ouvirem dizer “Ei-lo aqui, ei-lo ali” (*Lc 17, 23*)²⁶. O Concílio Vaticano II afirma que a Igreja “caminha juntamente com a humanidade inteira” (*GS 40*). Deve, por isso, ser como fermento da sociedade humana a ser renovada e transformada por Cristo em família de Deus, pregando a esperança, interpretando os sinais dos tempos e esperando com confiança o dom final dos novos céus e da nova terra²⁷. E como missão na humanidade, a Igreja deve ser um “sacramento” do Reino que virá em definitivo²⁸.

²⁶ *Idem*, p. 87.

²⁷ Existe uma harmonia, uma relação entre o Reino que brota e cresce como comunhão de paz e de bens no espírito de Deus e a humanização deste mundo na justiça e no direito. Essa harmonia e essa espera pelos novos céus e nova terra têm suas raízes na convicção de que Deus é a comunhão perfeita e a deseja para toda a comunhão fraternal. Remete-se aqui a uma outra obra de J-M.R. TILLARD. *Appel du Christ, appels du monde*. Paris, 1978, especialmente, p. 68-78, onde o autor desenvolve mais amplamente esse ponto.

²⁸ Cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 101. Como ensina o Papa João Paulo II, o Reino não é um programa, uma doutrina, mas uma pessoa, Jesus Cristo. Não se pode destacar o Reino de Jesus: “Parimenti non si può disgiungere il Regno della Chiesa. Certo, questa non è fine a se stessa, essendo ordinata al Regno di Dio, di cui è germe, segno e strumento. Ma, mentre si distingue dal Cristo e dal Regno, la Chiesa è indissolubilmente unita ad entrambi” (JOÃO PAULO II. *Litterae Encyclicae Redemptoris missio*, n. 18. In: *Enchiridion Vaticanum* 12, p. 585).

2 A Igreja como Povo de Deus em comunhão

O Reino de Deus é para o povo de Deus; povo feito de homens que, com seus carismas e funções, sob a luz do Espírito Santo, acolhem, compreendem, atualizam, celebram e transmitem a fé que os faz ser a Igreja de Deus em marcha para o dia em que seu Senhor colocará o Reino nas mãos do Pai (cf. *1 Cor* 15, 24). A noção de povo de Deus recorda que a Igreja não surge da livre iniciativa dos homens, mas recebe a sua origem e o seu atual sustento do desígnio eterno do Pai; querendo santificar e salvar os homens, não os chamou um a um e sem alguma relação entre si, mas “constitui-o num povo que o conhecesse na verdade e santamente o servisse” (*LG* 9)²⁹.

O chamado à salvação, da parte de Deus, realiza-se em uma situação histórica, onde vivem os homens³⁰. Esses, em conformidade com a natureza da própria salvação, visível e invisível, individual e comunitária, recebem do próprio Deus uma estrutura instituída por ele para realizar o chamado à comunhão com ele. Em três momentos aparecem as etapas da constituição do povo de Deus, nos dois Testamentos bíblicos, sublinhados também pelo texto do Concílio Vaticano II: a eleição, a aliança e a missão.

²⁹ Para uma compreensão maior da noção de povo de Deus, além do autor que se está analisando, podem consultar-se os dois ensaios: N. FÜGLISTER. *Strutture dell’ecclesiologia veterotestamentaria*; e H. SCHLIER. *Ecclesiologia del Nuovo Testamento*. In: *Mysterium Salutis* VII. Brescia, 1972, p. 23-265. Ainda: P. GRELOT. *Povo*. In: X. LÉON DUFOUR (ed.). *Vocabulário de Teologia Bíblica*. São Paulo, 1972, p. 795-805. Outros comentários: Y. CONGAR. *La Chiesa come popolo di Dio*. *Concilium*(I) 1 (1965), p. 19-43; M. SEMERARO. *Popolo di Dio. Una nozione ecclesiologica al Concilio e vent’anni dopo*. *Rivista di Scienze Religiose* 2 (1988), p. 29-67.

³⁰ J-M.R. TILLARD. *Église et salut. Sur la sacramentalité de l’Église*. *Nouvelle Revue Théologique* 106 (1984), p. 658-685, onde o autor desenvolve a idéia do povo de Deus, inteiramente unido ao mistério da Igreja, isto é, a manifestação visível do invisível plano divino da comunhão.

A *eleição* é uma das realidades centrais do Antigo Testamento; é o ato inicial por meio do qual Deus entra em comunhão com o seu povo (cf. *Dt* 7, 7). Cada intervenção de Deus na história é uma eleição, seja do lugar para a manifestação de sua presença, seja na escolha de um povo para realizar o seu desígnio, ou ainda na escolha dos homens como seus representantes. A *aliança* indica uma restrição da eleição, indica a comunhão que deve unir o povo ao seu Deus. É sempre um dom que Deus faz ao seu povo, no qual entra em relação e realiza com este a comunhão e que, por sua vez, cria obrigações as quais se concretizam na forma de leis (cf. *Ex* 24; *Js* 24). A eleição de Israel como povo escolhido deve necessariamente passar pelo apelo missionário, pois a vocação de Abraão traz consigo uma solene afirmação da *missão* universal do povo de Deus (cf. *Gn* 12, 3)³¹. Mas na nova Aliança, a universalidade da salvação, cumprida por Cristo (cf. *1 Cor* 11, 25) e atualizada pelo Espírito para todos os homens, confere ao povo messiânico uma tarefa para toda a humanidade³². Mesmo que apareça como pequeno rebanho, constitui para a humanidade “um germe firmíssimo de unidade, esperança e salvação” (*LG* 9). Se toda a antiga eleição do povo ora se concentra em Jesus, todos os valores que acima se colocaram têm agora a sua verdadeira continuação e cumprimento no povo de Deus da Nova Aliança que se reúne em Jesus Cristo, a sua Igreja. Assim, o novo povo de Deus é sempre o fruto da eleição, mas não através do instrumento da descendência carnal e de uma “fi-

³¹ A eleição, aliança e missão que constituem, no projeto de Deus, a prova do seu amor para com o povo, criam a assembléia de Deus (cf. *Dt* 23, 9; *1 Cr* 28, 8) que expressa a sua fé e a sua ação de graças, por meio de um ato litúrgico comum (cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 114).

³² A promessa feita a Abraão (cf. *Gn* 12, 3) não se rompe, no tempo da Nova Aliança, na Igreja: ela se amplia. O acento agora é na fé universal que não se limita a uma raça ou algo semelhante vinculado a ela (cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 122).

liação étnica”, mas mediante o encontro dos fiéis com Cristo (cf. *I Pd* 2, 4-12)³³.

O Concílio Vaticano II, à noção de povo de Deus uniu a afirmação da comum dignidade de todos os batizados. Um é, de fato, o povo eleito de Deus, e não existe desigualdade alguma em Cristo e na Igreja (cf. *LG* 32). A noção de povo de Deus inclui para todos os batizados a dignidade comum de membros desse povo, a comum graça de ser filho de Deus e a vocação comum à santidade³⁴. Derivado do sacerdócio de Cristo, que não ofereceu vítimas, mas doou a si mesmo ao Pai, também o sacerdócio comum dos fiéis consiste na oferta total da própria vida ao Pai, através de Cristo e no Espírito Santo; e, nesse serviço, a própria

³³ Para a Igreja fica a consciência essencial de ser um povo, convocado por Deus, e não de uma escolha humana, nascido do sangue de Cristo, com uma missão histórica diante de si e com a tarefa de ser uma bênção para todos os povos. Devido à eleição e ao dom do Espírito, o povo dos batizados, adquirido pela Páscoa de Cristo, encontra-se vinculado a Deus (cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 124). A Igreja é fruto da obra salvífica do Deus trino e, em sua essência interior, é objeto de fé. Como realização histórica surgiu, em virtude das ações dos profetas e apóstolos, que difundiram o Evangelho com o poder do Espírito (cf. *I Pd* 1, 12). Deus concede à sua Igreja uma vida sempre renovada através de sua Palavra, da qual nascem novamente, no Batismo, os fiéis. Quem crê em Cristo, a pedra angular, converte-se em pedra viva da casa espiritual; e em Cristo exerce a Igreja sua essência e sua missão de “raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido por Deus, para proclamar as maravilhas daquele que vos chamou das trevas para a sua luz maravilhosa” (*I Pd* 2, 9). Nesta Igreja, povo e casa de Deus (cf. *I Pd* 4, 17), cada um está a serviço dos demais e colabora para a edificação do todo, mediante os múltiplos dons e carismas (cf. *I Pd* 4, 11).

³⁴ Todos esses valores o Vaticano II recolheu na expressão “sacerdócio comum dos fiéis”, cujas raízes são o mesmo Batismo, a unção do Espírito Santo e o exercício desse sacerdócio na tríplice missão: sacerdotal, profética e real de Cristo (cf. *LG* 10). Por conseguinte, a Igreja exerce a função sacerdotal pela santidade de sua vida, fruto da obra redentora de Cristo. O nosso autor fala assim do sacerdócio comum (cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p.128, referindo-se a AGOSTINHO. *Sermo* 340,1: PL 38, 1483, citado na *LG* 32).

doação aos irmãos. Essa novidade cristã, que nasce do Batismo, encontra o seu aperfeiçoamento no sacramento da Confirmação e o seu sustento e cumprimento na Eucaristia, e a sua expressão em toda a existência cristã³⁵. Esse sacerdócio é universal, porque diz respeito, sem exclusão, a todos os batizados e que deve comprometer totalmente as suas vidas, realizando-se como participação na tríplice função *sacerdotal, profética e real* de Cristo³⁶. Participar, como batizado, conforme ao próprio estado de vida e à própria condição na Igreja, é corresponder a essa tríplice missão de Cristo, Senhor da Igreja.

Quanto à *função sacerdotal*, é claro que se evidencia o fato de que, pela regeneração e a unção do Espírito Santo, todos os batizados são consagrados a formar uma “morada espiritual” e um sacerdócio santo. Havendo tradicionalmente à noção de sacerdócio uma ligação com a noção de sacrifício, também o Vaticano II recorda que a função sacerdotal é orientada ao “exercício de um culto espiritual para que Deus seja glorificado e os homens salvos” (LG 34). O modelo desse culto espiritual é sempre Cristo que, na sua autodoação ao Pai no Espírito, no seu Mistério pascal, a Eucaristia³⁷, lhe faz memória na história até ao fim dos

³⁵ Aqui encontra-se toda a tensão entre a intervenção de Deus que santifica o seu povo e a resposta do mesmo, chamado a santificar-se, especialmente no viver bem os Sacramentos da iniciação cristã (cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 134). A vida sacramental como acontecimento de salvação para a missão pode ser encontrada em outra obra: J-M.R. TILLARD. *Le sacrement événement du salut*. Paris, 1964.

³⁶ Sobre o sacerdócio comum dos fiéis, em estreita comunhão com Cristo sacerdote, profeta e rei, cf. J-M.R. TILLARD. *L'Église locale. Ecclésiologie de communion et catholicité*. Paris, 1995, p. 309; J. RIGAL. *Fonctions et communion du peuple de Dieu*. In: ID. *L'ecclésiologie de communion*, p. 245-277.

³⁷ À Eucaristia Tillard dedicou algumas obras e inúmeros artigos: “A l'Eucharistie, au delà de la rupture, l'Église de Dieu retrouve la prière même et l'intention profonde de la foi de tout l'Israel de Dieu. Bien plus, elle donne à cette prière et cette foi l'objet de l'Espérance d'Israel, qui est aussi ce-

tempos. Na Liturgia e nos Sacramentos, Cristo atualiza sua salvação nas grandes ações simbólicas de sua Igreja; exerce seu sacerdócio na comunhão com todos os membros da Igreja. E o ministério único, real e sacerdotal de Cristo, se faz sacramentalmente visível na ação da Igreja, de acordo com sua estrutura interna, quando todos os batizados exercem sua missão sacerdotal, ao atuarem como membros do Corpo de Cristo, e representam esse Corpo como um todo (cf. *LG* 1; *SC* 2).

O *ministério profético* é participação de todo o povo de Deus no múnus profético de Cristo (cf. *LG* 12). Dotados do senso da fé e da graça da Palavra, todos os batizados participam do múnus profético de Cristo e, vivendo a vida de fé e de caridade, devem tornar-se verdadeiras testemunhas da Palavra de Deus³⁸. O povo de Deus, consciente de seu seguimento a Cristo, assume a tarefa de anunciar o Evangelho e de proclamar o Reino de Deus, através do testemunho vivo e da proclamação explícita de seu Evangelho.

E o *serviço salvífico real* do cristão exercita-se, antes de tudo, na vitória em si mesmo sobre o reino do pecado, para, depois, propagar o reino da verdade e da vida, da santidade e da graça, da justiça, do amor e da paz. Essa participação no múnus real de Cristo traduz-se, no que diz respeito aos fiéis leigos, em ordenar toda a realidade da criação segundo o desígnio de

lui de sa propre Espérance: le Jour du Messie de Dieu, qu'elle sait être le Jour du Seigneur et Christ Jésus" (TILLARD. *Église d'Églises*, p. 139). A respeito da Eucaristia em Tillard sairá um artigo à parte, ainda a ser publicado.

³⁸ Tillard, quando fala da Igreja como povo da fé, quer dizer que o que ela é radicalmente em seu ser de comunhão procede da acolhida de um dom, de uma oferta de Deus: a sua Palavra. É uma Palavra que Deus disse ao seu povo, Palavra ouvida por todos, uma Palavra que é acolhida e uma Palavra que pertence à memória da Igreja (cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 140-186).

Deus³⁹. A Igreja atua em favor do progresso da humanidade, no âmbito da cultura e do humanismo, mediante a instauração de uma ordem social justa e concorde com a dignidade humana (cf. *GS* 3). Ora, a Igreja é verdadeiramente o novo povo de Deus, onde a eleição em Cristo é um chamado dirigido, não mais a uma raça, mas a todos os homens (cf. *Gl* 3, 28). Porém, esse povo da Nova Aliança, para alcançar a terra prometida, o Reino de Deus no seu total cumprimento, deve fazer a sua caminhada no deserto. Para a Igreja significa a contínua necessidade de superar as tentações dos ídolos, isto é, a tentação de confiar, em seu caminho, nos instrumentos humanos e nas esperanças terrenas, pois ela é *Ecclesia de Trinitate*⁴⁰, procede do alto, do desígnio de Deus, de sua eleição, aliança e missão.

³⁹ A Igreja é o sacramento da fé. Quando confessa sua fé, ela testemunha expressamente a verdade que reconhece como o último fundamento de sua existência e a inspiração de seu compromisso no mundo: participar do múnus real (cf. TILLARD. *Église d'Églises*, p. 190).

⁴⁰ A Igreja é o novo Israel, a nova comunidade de salvação, unida ao Israel antigo e composta de numerosos povos (cf. *LG* 9). Quanto a sua origem e estrutura, a Igreja procede da Trindade e da eleição do povo da aliança por Deus. Em seu curso histórico, está profundamente marcada pela vida e pelas obras de Jesus Cristo. Nele, o povo de Deus passa a ser Corpo de Cristo. É necessário acrescentar, porém, que a noção de povo de Deus, como nenhuma outra noção tomada em si separada ou como única, não consegue exprimir a totalidade do mistério da Igreja. No conceito assim tomado por si só – povo de Deus – não se percebe o princípio cristológico que reúne esse povo e nem se encontra uma explícita alusão à obra própria do Espírito Santo; ou ainda podem tomar-se outras imagens, como, por exemplo, a Igreja casa de Deus e esposa de Cristo, arca da Aliança. Dessa crítica ao nosso autor encontra-se também um eco no documento da Comissão Teológica Internacional, publicado em 1985, por ocasião do XX aniversário da conclusão do Concílio Vaticano II, quando diz: “Il concetto di ‘popolo di Dio’, dal Concilio fatto risaltare si nuovamente, ma fermemente inserito nell’intera immagine della Chiesa del Nuovo Testamento e dei Padri, è diventato nel frattempo una di quelle parole a effetto, che vano in giro con un contenuto sovente molto esagerato: un concetto quindi che aveva bisogno di essere chiarito” (COMMISSIONE TEOLOGICA INTERNAZIONALE. *Temi scelti di ecclesiologia*. Preambolo e n. 2.2. In *chiridion Vaticanum*/9, p. 1669 e p. 1685).